

19.dezembro.2014 – 16h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Fórum para a Liberdade de Educação (FLE)
Professor Doutor Fernando Adão da Fonseca

Recebidos por: Deputados Diana Ferreira (PCP), Nilza de Sena (PSD), Carlos Enes (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora da temática) fez um breve enquadramento da audição, referindo que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

O Sr. Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação agradeceu o convite para participar na audição e fez, de seguida, uma breve exposição, cujo documento que serviu de apoio deverá ficar disponível na página da Comissão, logo que rececionado.

Referiu, em síntese, que as medidas a tomar devem centrar-se na garantia do acesso aos direitos fundamentais e às liberdades, constituindo a educação uma área crucial para atingir este objetivo, visto que educar é preparar para o exercício da liberdade. Defendendo a liberdade de escolha da escola, por parte das famílias, e a garantia de serviço público de educação, desde a infância até ao 12.º ano, apresentou as seguintes propostas concretas:

- Possibilidade de criação de uma escola e de a mesma poder ser escolhida pelas famílias e pelos alunos;
- Possibilidade de os professores poderem criar escolas, estando estas impedidas de cobrar propinas;
- Impossibilidade de fazer seleção de alunos. No caso de excesso de procura, procede-se a um sorteio;
- Criação de estruturas locais, por parte do Estado, que prestem informações e ajudem as famílias a escolher as escolas.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD), que fez um breve enquadramento do trabalho que está a ser desenvolvido neste âmbito e que resulta da preocupação do PSD em relação a um problema, que considera fundamental para a sociedade portuguesa. Fez uma breve alusão à forma como outros países estão a lidar com esta questão e solicitou a posição do Presidente do FLE sobre as medidas que entende serem prioritárias para inverter a quebra demográfica que se regista em Portugal.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) considerou que as condições materiais constituem um fator determinante para a decisão das famílias, no que respeita à maternidade, e fez alusão à precariedade que se regista nas gerações mais novas, cuja insegurança e baixos salários os impedem de ter filhos. Referiu-se ainda à importância das condições de acesso à educação, sobretudo na infância, e terminou, perguntando se a perspetiva de liberdade de escolha, que prevê a proliferação de escolas, pressupõe a criação de instituições privadas junto de escolas públicas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que as questões económicas são importantes mas defendeu que a chave para o problema reside na questão da educação. Afirmou que, relativamente à 1.ª infância, os contratos simples não foram suficientes para assegurar este serviço público, defendendo que deverá existir diversidade e que a rede pública deve incluir escolas privadas. Terminou, colocando algumas questões, nomeadamente sobre se considera mais eficaz os contratos simples ou de associação, e sobre as medidas concretas a tomar, tendo em conta a atual situação.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) considerou que a questão em discussão não está dissociada das condições económicas do país, que resultam das opções dos anteriores governos, nomeadamente no que se refere à precariedade, aos baixos salários e aos elevados níveis de desemprego. A este respeito, apontou o aumento da emigração como resultado da falta de condições de trabalho em Portugal. Relativamente à liberdade de escola, defendida pelo Presidente do FLE, entendeu que deveria ser acautelada antes a liberdade dos direitos fundamentais, competindo ao Estado garantir uma escola pública inclusiva e para todos, que seja propriedade do Estado. Considerou, por último, fundamental uma alteração no que se refere às políticas de saúde, educação e proteção na maternidade.

O Sr. Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação considerou que o fator cultural é aquele que maior correlação apresenta com a baixa da natalidade, pese embora reconheça o peso dos fatores económicos. Defendeu que compete ao Estado, sem condicionar as escolhas das pessoas, intervir, através de políticas que compensem as dificuldades das famílias.

Considerou ainda que os municípios deveriam ter um papel mais ativo, juntando todas as forças relevantes (educação, saúde, segurança social, forças de segurança), no sentido de garantir às crianças todas as condições para poderem ser cidadãos de pleno direito.

Afirmou que a liberdade de escolha não significa proliferação de escolas, entendendo que não há razão para que as escolas não tenham mais liberdade curricular e para que os professores não sejam selecionados pelas escolas, de entre uma bolsa de docentes.

Defendeu que a educação deve ser diferenciada, uma vez que as crianças têm necessidades diversas, e que as escolas privadas devem poder ser iguais às escolas com propriedade estatal. Reafirmou que a escolha tem de ser acessível para todos e que o Estado deve assegurar o pagamento das propinas. Concluiu, sublinhando a necessidade de maior informação a nível local, para ajudar as famílias a interessarem-se pela escola.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, está disponível na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2014

A assessora
Cristina Tavares